

VÍDEOS SOBRE VACINAÇÃO REMOVIDOS DO YOUTUBE: ANÁLISE DAS FONTES, DAS TEMÁTICAS E DOS POSICIONAMENTOS

VIDEOS ABOUT VACCINATION REMOVED FROM YOUTUBE: ANALYSIS OF SOURCES, THEMATIC AND POSITIONING

Andrielle Mendes

Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia.

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9601-4268>

Marcelo Alves dos Santos Júnior

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4995-6612>

Luisa Massarani

Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia.

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5710-7242>

Thaiane Oliveira

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8588-3548>

DOI: 10.9771/contemporanea.v22i1.63530

RESUMO:

Neste artigo, temos como objetivo analisar as fontes, as temáticas e os posicionamentos mais recorrentes nos títulos de vídeos sobre vacinação excluídos do YouTube durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. Por meio da análise temática, análise de conteúdo e métodos digitais constatamos a prevalência de posicionamento contrário à vacinação nos títulos que mencionavam políticos e abordavam a temática religiosa de modo a

desestimular a vacinação no país. Ao apontar as abordagens política e religiosa como fatores que podem interferir na adesão à vacina, nosso estudo pode subsidiar políticas de moderação de conteúdo e ações de enfrentamento da hesitação vacinal.

PALAVRAS-CHAVE: Moderação de conteúdo, hesitação vacinal, vacinas, YouTube.

ABSTRACT:

In this article, we aim to analyze the most recurrent sources, themes and positions in the titles of vaccination videos excluded from YouTube during the COVID-19 pandemic in Brazil. Through thematic analysis, content analysis and digital methods, we found the prevalence of positions against vaccination in titles that mentioned politicians and addressed religious themes in order to discourage vaccination in the country. By pointing out the political and religious approach as factors that can interfere with vaccine adherence, our study can support content moderation policies and actions to combat vaccine hesitancy.

KEYWORDS: Content moderation, vaccine hesitancy, vaccines, YouTube.

INTRODUÇÃO

A vacina é uma forma eficaz e segura de proteger as pessoas contra doenças infecciosas graves e potencialmente fatais (SBlm, s.d;). Estima-se que a imunização evite, aproximadamente, três milhões de mortes no mundo todos os anos por doenças como difteria, tétano, coqueluche, influenza e sarampo (Brasil, 2022). A vacinação também contribui para a redução das internações e diminuição dos custos com medicamentos e tratamentos (Araújo; Souza; Pinho, 2019; Brasil, 2022; Lazić; Žeželj, 2021; Santos; Almeida, 2024).

Porém, embora seja cada vez mais evidente o papel da imunização na erradicação de doenças e na promoção da saúde (Santos; Almeida, 2024), o risco de surtos de doenças preveníveis por vacina atingiu nas Américas, em 2023, o nível mais alto dos últimos 30 anos devido à queda na cobertura vacinal (OPAS, 2023).

A pandemia de COVID-19 — síndrome respiratória aguda grave provocada pelo vírus SARS-CoV-2 (Zhu et al., 2019) — foi marcada pela disputa de narrativas entre diversos personagens sobre a gravidade da doença, as formas de prevenção e terapêuticas (Uscinski, 2018) e por uma atitude revisionista em relação a todos os séculos de avanços científicos na área da vacinação (Galhardi et al., 2022). No Brasil, grupos antivacina se organizaram nas redes sociais para produzir e distribuir conteúdo contra a compulsoriedade da vacina e a obrigatoriedade do passaporte vacinal (Maia et al., 2023).

A disposição para se vacinar está correlacionada com a confiança na ciência, segundo Palamenghi et al. (2020), e tende a oscilar de acordo com o grau de exposição a fontes de informação de menor confiabilidade (Leite; Martins; Martins, 2023), sobretudo, nas plataformas digitais, nas quais o anonimato das fontes pode contribuir para a propagação de informações não checadas (Massarani et al., 2021).

A dificuldade de acesso às vacinas, a complacência (tendência em concordar com outra pessoa), a falta de confiança nos imunizantes, as suspeitas sobre os interesses comerciais da indústria farmacêutica e o medo dos efeitos colaterais também são apontados como motivos para atrasar ou recusar a vacinação (Larson et al., 2014; MacDonald, 2015; Whitehead et al. 2023).

A disseminação de informações falsas, mensagens negativas e discursos negacionistas sobre vacinação, principalmente por meio das mídias sociais, impacta diretamente a adesão à vacina (Anjos; Casam; Maia, 2021; Galhardi et al., 2022; Santos; Almeida, 2024), atraindo a atenção dos órgãos de saúde, visto que altos índices de hesitação podem comprometer o progresso obtido pelos programas de prevenção e controle de epidemias (Whitehead et al., 2023).

Diante da consolidação do YouTube como um dos principais canais de distribuição de conteúdo no mundo, buscamos investigar as fontes, as temáticas e os posicionamentos mais frequentes nos vídeos sobre vacina excluídos da plataforma durante a pandemia de COVID-19 com o objetivo de traçar um panorama acerca dos conteúdos relacionados à vacinação removidos da plataforma.

Este artigo está dividido em seis partes, incluindo esta introdução. No marco referencial, abordamos a propagação de desinformação relacionada à vacina por meio das mídias digitais. Na metodologia, apresentamos os métodos empregados. Nos resultados, apresentamos os achados da pesquisa. Na discussão, aprofundamos a reflexão sobre os resultados e, nas considerações finais, apontamos que identificar as fontes, as temáticas e os posicionamentos mais frequentes nos vídeos sobre vacinação removidos de mídias como o YouTube pode contribuir para a implementação de campanhas e ações que visem enfrentar a hesitação vacinal no Brasil.

DESINFORMAÇÃO, TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO E VACINAS

De acordo com o estudo encomendado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre consciência vacinal, 64% dos brasileiros entrevistados se informam sobre

vacinas e assuntos de saúde principalmente pelos meios digitais – sites, blogs e portais, mídias sociais e WhatsApp (CNMP, 2024).

No que diz respeito à percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos constatou que 39,7% dos brasileiros entrevistados obtêm informações sobre ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente com frequência nas mídias sociais, aplicativos de mensagens e plataformas digitais (CGEE, 2023). O percentual é maior do que o de entrevistados que declararam obter informações sobre os mesmos temas nos noticiários de TV – incluindo a TV online – (22,7%), nas matérias de jornais ou revistas impressos e online (22,4%) e rádios e podcasts (19%), entre outras fontes de informação.

Além de serem consideradas um canal estratégico para propagação de desinformação e teorias da conspiração sobre saúde (Zhao et al., 2023), plataformas como YouTube, Facebook e Telegram se transformaram também em um ambiente propício para grupos contrários à vacinação (Maia et. al., 2023).

A circulação de informações falsas em plataformas como o YouTube pode alcançar milhares ou até milhões de pessoas (Fonseca; D’Andréa, 2020), tendo em vista que o Brasil é o terceiro país que mais consome conteúdo nas plataformas digitais no mundo (Veronesi, 2023), e o YouTube foi considerado a segunda mídia social mais utilizada no Brasil em 2023 (Newman et. al., 2023).

Apesar de o YouTube afirmar que sempre deixou claro qual tipo de conteúdo não é permitido nos vídeos, comentários, links e miniaturas (COVID-19, 2020), usuários utilizaram a plataforma para difundir desinformação médica durante a pandemia (Brotas; Rocha Costa; Massarani, 2021).

Há diversos relatos de vídeos removidos do YouTube durante a pandemia de COVID-19 (Fonseca; D’Andréa, 2021) e várias pesquisas em andamento para identificar quem são, onde estão e o que argumentam os grupos que disseminam desinformação e se manifestam de forma contrária à vacinação nas plataformas digitais.

Maia et. al. (2023) observaram que as mídias sociais têm sido utilizadas para reunir grupos antivacina, enquanto Soares et. al. (2023) constataram que Porto Alegre (Rio Grande do Sul) registrou o maior número de tweets antivacinação entre todas as capitais do Brasil.

Guerreiro e Almeida (2021) identificaram que os principais líderes das igrejas pentecostais no Brasil deletaram postagens sobre o vírus SARS-CoV-2 tanto por iniciativa própria quanto por determinação da Justiça sob a alegação de que desinformavam a população.

A adesão a sistemas de crenças mais amplos, de acordo com Lazić e Žeželj (2021), pode favorecer a propagação de teorias conspiratórias, pois a tendência é que as pessoas processem informações de forma arbitrária para validar opiniões pré-existentes, e criem, modifiquem e divulguem teorias conspiratórias para expressar suas visões de mundo (Raab et al., 2013). Pessoas com fortes crenças populistas, por exemplo, são mais suscetíveis a acreditar que os efeitos das vacinas foram omitidos intencionalmente (Smith, 2019).

A desinformação sobre vacinas é frequentemente incorporada em narrativas conspiratórias, como nas teorias que revelam supostos planos secretos sobre a vacinação (Sunstein; Vermeule, 2009). No Brasil, a assertiva “os órgãos competentes não são transparentes e não dizem tudo sobre as vacinas” foi a que obteve a maior média de concordância em uma lista de sete afirmações negativas sobre imunizantes na pesquisa encomendada pelo CNMP (2024).

Por envolver sentimentos negativos em relação à vacinação (Lewandowsky; Gignac; Oberauer, 2013), as teorias da conspiração se tornaram uma das formas de propagar informações falsas sobre os imunizantes e doenças infecciosas por meio da mídia online (Wang et al., 2019).

Ao investigar a intenção de se vacinar, Lima-Costa, Macinko e Mambrini (2022) observaram que idosos brasileiros que recorriam a familiares, amigos ou mídia social para obter informações sobre a COVID-19 apresentaram maior grau de indecisão do que aqueles que se informavam por meio dos canais do Ministério da Saúde e da mídia tradicional. Os microinfluenciadores digitais (que possuem de 10 mil a 100 mil seguidores) têm desempenhado um papel central na esfera pública, incluindo as discussões sobre questões de saúde nas mídias sociais (Soares et. al., 2023; Trziszka, 2021).

Em um país onde “a radicalização política tem sido a tônica da governabilidade institucional e da participação popular” (Carranza; Santos; Jácomo, 2021, p. 5), esse fenômeno comunicacional pode se configurar como um desafio para os serviços de saúde, visto que nem todos os debates se pautam por informações baseadas nas melhores evidências científicas disponíveis.

METODOLOGIA

Por meio da combinação entre análise temática (Neuendorf, 2018), análise de conteúdo (Bardin, 2016) e métodos digitais, investigamos as fontes, as temáticas e os posicionamentos mais recorrentes nos conteúdos removidos do YouTube durante a pandemia de COVID-19.

Para compor a amostra, coletamos os vídeos que mencionavam os termos “v4c1n4”; “vachina”; “vacina”; “vacinas”; “vacinação”; “vacinado”; “vacinada”; “vacinadas” e “vacinados” entre 04 de julho de 2021 e 23 de agosto de 2022 por meio de um script escrito na linguagem estatística R para consultar diariamente a Youtube Application Programming Interface (API). Esse processo totalizou 87.394 vídeos coletados. Foram excluídos da amostra os vídeos que não obtiveram visualizações.

Para identificar os vídeos que foram deletados, utilizamos uma técnica desenvolvida pelos estudos sobre moderação de conteúdo (Alves, 2024; Keulenaar et al, 2023) para verificar a posteriori o status no Youtube. Dessa forma, elaboramos uma rotina de automação de um *browser* em janela anônima para acessar novamente os links em 2024 e raspar informações sobre a disponibilidade e o motivo de exclusão comunicado pela própria plataforma.

Após a verificação, excluimos os links relacionados à vacinação de animais e *pets* e analisamos os títulos dos 1.446 links restantes excluídos pelos canais (quando os usuários deletam o conteúdo ou o tornam privado); pelos moderadores do YouTube (quando a plataforma exclui os conteúdos que violam os termos de serviço ou as regras de comunidade); os vídeos deletados devido ao encerramento das contas (quando o canal é apagado) e os vídeos excluídos de modo indefinido (sem que a razão seja apresentada).

Na análise de conteúdo, consideramos três dimensões: 1) Fontes; 2) Temáticas; e 3) Posicionamentos. Optamos por analisar o título por se tratar de conteúdos que, em sua maioria, não estão mais disponíveis no YouTube. Encerrada esta etapa, criamos categorias para sistematizar as fontes, as temáticas e os posicionamentos identificados. Cada título foi enquadrado em apenas uma categoria por dimensão, uma vez que a classificação foi realizada considerando apenas um código para cada unidade de análise.

A dimensão “Fontes” foi subdividida em 11 variáveis que abarcam as categorias profissionais mais mencionadas nos títulos. São elas: 1) Advogados e juristas; 2) Cientistas e

pesquisadores; 3) Médicos, profissionais e entidades ligadas à área; 4) Órgãos públicos, instituições públicas, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e agências reguladoras ligadas ao Estado; 5) Políticos; 6) Religiosos/ espiritualistas; 7) Usuários comuns; 8) Veículos de mídia; 9) Veículos e profissionais de mídia. A categoria “Outros” foi criada para abarcar os títulos cujas fontes não se enquadravam nas categorias anteriores como empresários, celebridades/subcelebridades e atletas, e a categoria “Fontes não evidentes” foi criada para abranger os títulos cujas fontes não puderam ser identificadas. Já a dimensão “Temáticas” foi subdividida em 11 variáveis sistematizadas no Quadro 1:

Quadro 1: Variáveis da dimensão Temáticas

1 Aplicação da vacina	Menciona-se a intenção de se vacinar ou não se vacinar e/ou a intenção de outras pessoas se vacinarem ou não se vacinarem, além de partes do corpo onde a vacina é aplicada.
2 Componentes da vacina	Menciona-se supostos componentes das vacinas, podendo incluir declarações falsas sobre os imunizantes.
3 Efetividade da vacina	Apresenta-se informações sobre a eficácia e o nível de efetividade da vacina ou dúvidas e suspeitas com relação à efetividade.
4 Logística	Títulos que abordam o transporte da vacina - da cadeia de distribuição até a chegada nas Unidades Básicas de Saúde -, a vacinação e atualização do percentual de vacinados.
5 Obrigatoriedade do passaporte vacinal e compulsoriedade da vacina	Menciona-se a compulsoriedade da vacina, do passaporte vacinal e/ou da máscara.
6 Politização das vacinas	Menciona-se a disputa de narrativas entre os Estados e o Governo Federal pelo pioneirismo na vacinação, fraude na compra das vacinas, campanhas políticas e a vacinação, além das posturas, atitudes e ações de políticos com relação à vacinação e demais medidas adotadas em virtude da pandemia.
7 Religião / crenças espiritualistas	Aborda-se a relação entre vacina e religião/ espiritualidade.
8 Segurança	Menciona-se os efeitos colaterais, reações adversas, riscos e supostas ameaças à saúde e mortes associadas à vacina.
9 Vacinação em crianças e adolescentes	Aborda-se a vacinação neste público.
10 Vacina sem ser contra COVID-19	Mencionam outras vacinas.
11 Outros	Fazem menção aos imunizantes nos metadados por meio de <i>hashtags</i> como #vacina, mas os imunizantes não são mencionados no título. Categoria também engloba títulos que não se enquadram nas variáveis anteriores.

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

A dimensão “Posicionamento” foi subdividida em três variáveis: 1) a favor (atribuído aos títulos com valência positiva, nos quais as pessoas se manifestavam a favor da vacinação); 2) contra (atribuído aos títulos com valência negativa); e 3) neutro (atribuído aos casos que não apresentavam juízo de valor a respeito da vacina).

RESULTADOS

Os resultados estão divididos em três seções. Na primeira, listamos as fontes mencionadas. Em seguida, apresentamos as temáticas mais recorrentes e, na terceira seção, apresentamos os posicionamentos observados na amostra.

FONTES

Nesta dimensão, buscamos identificar quais categorias profissionais os sujeitos que reivindicavam para si autoridade para falar sobre a COVID-19 personificavam. Observamos que nos vídeos removidos pelo YouTube, pelos canais e nas contas encerradas – desconsiderando aqueles nos quais não foi possível identificar as fontes –, prevaleceram os relatos pessoais, testemunhos, opiniões e experiências pessoais relacionadas à vacinação de usuários comuns. A variável “usuários comuns” ficou atrás apenas dos títulos nos quais não foi possível identificar as fontes. Uma inversão, entretanto, ocorre nos vídeos cujos motivos para exclusão são indefinidos. Neste caso, os usuários comuns são a maioria, representando 41,7% das fontes mencionadas, como apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Fontes mencionadas

Fontes mais mencionadas (por ordem decrescente desconsiderando a colocação da categoria “Outros”)	Vídeos excluídos pelo Youtube	Vídeos excluídos pelos canais	Vídeos excluídos de modo indefinido	Vídeos excluídos em decorrência do encerramento das contas
1º	Usuários comuns (9,6% das inserções)	Usuários comuns (26,8% das inserções)	Usuários comuns (41,7% das inserções)	Usuários comuns (14,3% das inserções)
2º	Médicos e profissionais de saúde (6,2%)	Órgãos públicos (13,3%)	Órgãos públicos (5,4%)	Órgãos públicos (13,5%)
3º	Órgãos públicos (5,7%)	Veículos de mídia (7,7%)	Políticos (4,4%)	Veículos de mídia (9,1%)
4º	Políticos (3,7%)	Políticos (5,8%)	Religiosos e espiritualistas (3,3%)	Políticos (6,3%)
5º	Religiosos e espiritualistas (2,5%)	Médicos e profissionais de saúde (1,7%)	Médicos e profissionais de saúde (0,8%)	Médicos e profissionais de saúde (3,6%)
6º	Cientistas e pesquisadores (2%)	Religiosos e espiritualistas (0,6%)	Veículos de comunicação (0,8%)	Cientistas e pesquisadores (2,7%)
7º	Veículos de mídia (1,1%)	Cientistas e pesquisadores (0,3%)	Cientistas e pesquisadores (0,5%)	Religiosos e espiritualistas (1,9%)
8º	Advogados e juristas (0,3%)	Advogados e juristas (não identificado na amostra)	Advogados e juristas (0,3%)	Advogados e juristas (não identificado na amostra)

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Entre os profissionais e instituições mais mencionados nos títulos, destacam-se os profissionais da área da saúde, os órgãos públicos, os políticos, os religiosos / espiritualistas e os veículos de mídia. O percentual de títulos categorizado como “Outros” na dimensão Fontes — 6,2% dos conteúdos removidos pelo YouTube; 6,6% dos vídeos excluídos pelos canais; 10,1% dos títulos removidos de modo indefinido e 6,3% dos removidos devido ao encerramento das contas — indica a variedade de fontes não contempladas nas outras categorias, enquanto o percentual de títulos categorizados como “Fontes não identificadas” — 62,6% dos vídeos excluídos pelo YouTube; 37,3% dos vídeos excluídos pelos canais; 32,7% dos títulos removidos de modo indefinido e 42,3% dos removidos devido ao encerramento das contas —, indica que mais de 1/3 dos títulos não trazia um sujeito (indivíduo ou instituição) com voz ativa que pudesse ser identificado.

TEMÁTICAS

As temáticas mais recorrentes foram: 1) Aplicação da vacina; 2) Componentes da vacina; 3) Efetividade da vacina; 4) Logística; 5) Obrigatoriedade da vacina, do passaporte vacinal e/ou da máscara; 6) Politização; 7) Religião/crenças espiritualistas; 8) Segurança da vacina; 9) Vacinação em crianças e adolescentes; e 10) Vacina sem ser contra COVID-19. A categoria “Outros” foi acrescentada para abarcar os títulos que não se enquadravam nas dez temáticas mais recorrentes e não justificavam a criação de uma categoria própria por apresentar pouca expressividade.

Entre os conteúdos excluídos pelo YouTube — desconsiderando aqueles nos quais não foi possível definir o tema —, prevaleceram os títulos que abordavam a segurança, com 25,5% das inserções. Nos títulos deletados sem motivo definido, a aplicação da vacina foi o tema predominante, representando 42,5%, enquanto nas contas encerradas e nos vídeos removidos pelos canais, desconsiderando a categoria “Outros”, a “Logística” foi a temática mais citada, com 23,1% e 24,9% das inserções, respectivamente.

A obrigatoriedade do passaporte/vacina foi uma das três temáticas mais mencionadas nos vídeos excluídos pelos canais, nos vídeos removidos sem motivo definido, e no conteúdo deletado em decorrência do encerramento das contas. Títulos como “Manifestação contra a Vacina Obrigatória. Brasília 18/07/2021 as 13:00 hrs” (sic) demonstram que nem todos os usuários concordavam com a compulsoriedade da vacinação.

A aplicação da vacina e a logística foram outras duas temáticas recorrentes. As duas temáticas estavam entre as três mais citadas nos vídeos excluídos pelos canais, nos vídeos removidos sem motivo definido e nos conteúdos excluídos devido ao encerramento das contas.

Os moderadores do Youtube, por sua vez, identificaram mais conteúdo problemático entre as postagens sobre segurança da vacina, obrigatoriedade e vacinação em crianças e adolescentes.

Tabela 3: Temáticas abordadas

Temáticas mais abordadas (por ordem decrescente desconsiderando a colocação da categoria “Outros”)	Vídeos excluídos pelo Youtube	Vídeos excluídos pelos canais	Vídeos excluídos de modo indefinido	Vídeos excluídos em decorrência do encerramento das contas
1º	Segurança da vacina (25,5% das inserções)	Logística (24,9% das inserções)	Aplicação da vacina (42,5% das inserções)	Logística (23,1% das inserções)
2º	Obrigatoriedade (15%)	Aplicação da vacina (24,3%)	Logística (8,4%)	Aplicação da vacina (16,5%)
3º	Vacinação em crianças e adolescentes (9,3%)	Vacinação em crianças e adolescentes (9,9%)	Obrigatoriedade (5,7%)	Obrigatoriedade (12,6%)
4º	Aplicação da vacina (9,1%)	Obrigatoriedade (6,9%)	Vacinação em crianças e adolescentes (4,6%)	Vacinação em crianças e adolescentes (7,1%)
5º	Componentes da vacina (5,9%)	Politização (3%)	Politização (4,1%)	Segurança (4,9%)
6º	Religião/ crenças espiritualistas (5,7%)	Efetividade da vacina (2,2%)	Segurança (3,8%)	Efetividade da vacina (3,8%)
7º	Efetividade da vacina (3,1%)	Vacina sem ser contra COVID-19 (2,2%)	Religião/ crenças espiritualistas (2,2%)	Politização (3,3%)
8º	Politização (1,1%)	Segurança (1,7%)	Vacina sem ser contra COVID-19 (2,2%)	Vacina sem ser contra COVID-19 (2,5%)
9º	Logística (0,6%)	Religião/ crenças espiritualistas (0,8%)	Efetividade da vacina (1,6%)	Religião/ crenças espiritualistas (1,6%)
10º	Vacina sem ser contra COVID-19 (0,3%)	Componentes da vacina (não identificado na amostra)	Componentes da vacina (0,3%)	Componentes da vacina (não identificado)

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

O percentual elevado de títulos categorizados como “Outros” – 24,4% dos vídeos deletados pelo YouTube; 24% dos vídeos excluídos pelos canais; 24,5% dos títulos removidos de modo indefinido e 24,5% dos removidos em decorrência do encerramento das contas – demonstra a variedade de temáticas abordadas pelos criadores de conteúdo.

POSICIONAMENTOS

O posicionamento neutro prevaleceu nos conteúdos excluídos pelos canais (92,5%), nos vídeos deletados sem motivo definido (88%) e nos conteúdos apagados devido ao

encerramento das contas (83%). Entre os vídeos excluídos pelo Youtube, 51% dos títulos eram desfavoráveis à vacina ou à vacinação; 48,2% dos títulos eram neutros e apenas 0,8% eram favoráveis.

Nos títulos desfavoráveis à vacina, os usuários da plataforma questionavam a efetividade da imunização, como em “MÉDICO RELATA QUE A VACINA NÃO SALVA NIGUÉM.” (sic); alertavam sobre a suposta letalidade da vacinação, como em “vacinação mata criança na paraíba e deixa pai furioso” (sic); apresentavam informações falsas sobre os componentes da vacina, como em “VAZADOS: Pfizer tenta omitir uso de tecido fetal para VACINAS”, entre outros conteúdos que contradiziam as informações da Organização Mundial da Saúde.

DISCUSSÃO

Em nosso estudo, constatamos que a maioria dos conteúdos excluídos do YouTube foi produzida por usuários comuns. Embora a pandemia de COVID-19 tenha sido marcada pela disputa de narrativas entre diversos personagens que reivindicavam para si autoridade para falar sobre a gravidade da doença, as formas de prevenção e terapêuticas (Uscinski, 2018), o que observamos em nossa amostra foi a prevalência de relatos, testemunhos e opiniões de indivíduos que usavam a plataforma, não para reivindicar autoridade para falar sobre o assunto, mas, para compartilhar suas experiências pessoais, como é possível observar nos títulos “ME ARRUMANDO PARA TOMAR VACINA DA COVID/estou com muito medo ” e “fui tomar a PRIMEIRA dose da vacina contra a COVID19 *DEU RUIM*”.

Os usuários comuns foram as fontes mais mencionadas em todas as bases de dados, respondendo por 41,7% dos conteúdos excluídos sem que o motivo fosse apontado; 26,8% dos vídeos excluídos pelos canais; 14,3% dos vídeos deletados em função do encerramento das contas e 9,6% dos vídeos removidos pelo YouTube.

A predominância dos relatos pessoais entre os vídeos excluídos do YouTube vai ao encontro dos achados da pesquisa encomendada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2024) acerca da consciência vacinal no país. De acordo com o CNMP (2024), a assertiva “os órgãos competentes não são transparentes e não dizem tudo sobre as vacinas” foi a que obteve a maior média de concordância entre as afirmações negativas apresentadas aos entrevistados.

O elevado percentual de vídeos produzidos por usuários comuns entre os removidos também endossa os resultados obtidos pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), que,

ao investigar a percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil, constatou que as pessoas têm buscado informações sobre ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente com mais frequência nas mídias sociais, aplicativos de mensagens e plataformas digitais do que nos noticiários de TV, matérias de jornais, revistas, rádios e podcasts (CGEE, 2023).

Com a diminuição da confiança nos órgãos competentes e redução do consumo de notícias na mídia tradicional (TV, jornal, revista, rádio), os usuários comuns se tornam uma das principais fontes de informação acerca da vacinação para outros usuários comuns, que, a partir de relatos pessoais, decidem se determinado imunizante é seguro; se é eficaz.

Diferentemente de categorias profissionais (pesquisadores, médicos, jornalistas, entre outras) que estão sujeitas à conselhos e códigos que preconizam as boas práticas e preveem sanções para os profissionais que descumprirem as normas, os usuários comuns não respondem a nenhum conselho. A impossibilidade (ou dificuldade) de responsabilização – para além das sanções praticadas pelas plataformas – faz das plataformas digitais um ambiente propício para disseminação de desinformação e teorias da conspiração sobre saúde (Zhao et al., 2023) que impactam a disposição para se vacinar.

No que diz respeito às temáticas abordadas, as mais recorrentes foram: aplicação da vacina, logística, obrigatoriedade, vacinação em crianças e adolescentes, e segurança da vacina.

A vacinação em crianças e adolescentes foi a terceira temática mais abordada nos vídeos excluídos pelo YouTube e nos vídeos excluídos pelos canais, e a quarta mais abordada entre os vídeos excluídos de modo indefinido e em decorrência do encerramento das contas.

Em dezembro de 2021, a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19, vinculada ao Ministério da Saúde, ainda sob a gestão do então presidente Jair Bolsonaro, abriu uma consulta pública sobre a inclusão de crianças de 5 a 11 anos na campanha de vacinação contra a Covid-19 por “se tratar de público em pleno desenvolvimento e com lacunas ainda no que se refere a custo benefício desta vacinação” (sic) (Brasil, 2021). A consulta pública encerrou-se no dia 02 de janeiro de 2022.

Em nosso estudo, identificamos títulos contrários à vacinação em crianças e adolescentes, com pessoas questionando a segurança dos imunizantes e até mesmo mencionando supostas mortes de crianças e adolescentes provocadas pela vacina, como é possível observar nos exemplos a seguir: “Bolsonaro sobre vacina contra covid em crianças

Foi muito rápida, você vai vacinar seu filho<U+FFFD>”; ““MÉDICO ATERRORIZADO COM POSSIBILIDADE DE VACINAÇÃO EM CRIANÇAS (mRNA)”, e “Criança morre depois de toma vacina da COVID 19” (sic).

Já no que diz respeito à forma como os criadores de conteúdo se posicionaram com relação à vacinação, observamos a prevalência do posicionamento negativo, com 51% das inserções entre os conteúdos excluídos pelo YouTube, e do posicionamento neutro entre os removidos pelos canais (92,5%); entre os apagados sem motivo definido (88%) e entre aqueles que foram apagados em decorrência do encerramento das contas (83%).

Ao cruzar os dados das dimensões “Temática” e “Fontes” com a dimensão “Posicionamento”, observamos que os vídeos que mencionavam políticos e os títulos que abordavam a temática religiosa foram os que apresentaram maior percentual de posicionamento contrário à vacinação: 76,9% dos vídeos excluídos pelo YouTube que mencionavam políticos – incluindo o então presidente Jair Bolsonaro – e candidatos a cargos políticos apresentavam posicionamento desfavorável à vacinação, como em “Deputado do PR disse que prefere morrer do que deixar os filhos serem vacinados”.

O resultado corrobora os dados apresentados por Soares et. al. (2023), que, ao analisar a repercussão da aprovação dos imunizantes em publicações compartilhadas no Facebook, identificaram que as mensagens contrárias à vacinação exploraram o assunto principalmente pelo viés da “politização das vacinas”.

Em nosso corpus, observamos também que 65% dos títulos deletados pelo YouTube e 66,6% dos vídeos excluídos pelos canais que abordavam a temática religiosa apresentavam posicionamento contrário às vacinas, como em “Corona... Vacinação.... Apocalypse... então só os de sangue puro se salvará o resto vacinado vai pro ...” e “IDOSO VÍTIMA DA VACINA DE SATANÁS”.

A predominância de posicionamento contrário nos vídeos excluídos pelo YouTube que mencionavam políticos e abordavam a temática religiosa sinaliza que perspectivas políticas e crenças religiosas também devem ser consideradas em pesquisas sobre a intenção de se vacinar, sobretudo em um país como o Brasil, onde “grupos religiosos estreitam relações entre conservadorismo político e cristianismo, deflagrando uma politização reativa” (Carranza; Santos; Jácomo, 2021).

Guerreiro e Almeida (2021) destacam que a elite política-religiosa-empresarial reverberou quase que *ipsis literis* o discurso negacionista do então presidente Jair Bolsonaro e de vários

empresários do ramo varejista, oscilando entre tratar a crise sanitária como uma praga diabólica para destruir o Brasil e negar (ou relativizar) a gravidade da doença. “Foi possível notar que o governo brasileiro, a extrema-direita internacional e as principais lideranças evangélicas do Brasil compartilharam diversas técnicas de negação (da pandemia), evidenciando um forte alinhamento entre eles” (Guerreiro; Almeida, 2021, p. 19).

Segundo a pesquisa sobre consciência vacinal encomendada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, os níveis mais baixos de confiança nas vacinas foram observados entre os evangélicos protestantes (principalmente os de menor instrução e renda): 61% dos entrevistados declarou que não confia nas vacinas (CNMP, 2024).

A prevalência de posicionamentos contrários à vacinação em títulos enquadrados nessas duas categorias sinaliza, por outro lado, que não são apenas as questões sanitárias que influenciam a decisão de vacinar-se ou não, ou seja, desmascarar as informações falsas, informar que a vacinação é eficaz, e garantir que os imunizantes foram testados e, portanto, são seguros, pode não surtir o efeito esperado se as pessoas continuarem acreditando que a vacina é a marca da Besta, visto que a tendência é acreditar nas informações que endossam a sua visão de mundo (Lazić; Žeželj, 2021).

Fonseca e D’Andréa (2023) ressaltam que quando um usuário tem acesso a um conteúdo desinformativo e acredita no que está recebendo, há um prejuízo potencial tanto para a saúde do indivíduo quanto para as pessoas que estão à sua volta, e ainda para a coletividade como um todo. “Em um momento de pandemia e infodemia, pode resultar em mortes” (Fonseca; D’Andréa, 2020, p. 21).

Leite, Martins e Martins (2023) observam que a principal estratégia de controle da COVID-19 foi a imunização da população, porém, a hesitação por parte da população em receber o imunizante dificultou esse processo. Ao realizar uma revisão sistemática sobre hesitação vacinal no Brasil, os autores identificaram que indivíduos em vulnerabilidade social, com menores níveis de escolaridade, não brancos e residentes em áreas onde o acesso às ações de saúde pública é menor apresentaram níveis mais baixos de aceitação vacinal. Além disso, “fatores políticos e religiosos possuíram relação com a recusa e a indecisão quanto à utilização da vacina” (Leite; Martins; Martins, 2023, p. 495), reiterando os resultados observados em nosso estudo.

O processo saúde-doença, segundo Galhardi et al. (2022), engloba fatores biológicos, psíquicos e sociais, sendo construído dentro de condições sanitárias e de vida específicas,

singularidades subjetivas e de um sistema de crenças. Assim, a adesão à vacinação está sujeita ao imaginário e a mecanismos sociais que influenciam, de forma decisiva, a propensão de uma dada comunidade a ser vacinada ou não. “Entre os múltiplos fatores que afetam tal decisão, destacam-se a confiança na importância, segurança e eficácia das vacinas, bem como a compatibilidade com os valores religiosos do indivíduo” (Galhardi et al., 2022, p. 1856).

Segundo Wang et. al. (2019), mais pesquisas são necessárias para elucidar o papel das assimetrias sociodemográficas e ideológicas. A estas, acrescentamos o papel das crenças religiosas e perspectivas políticas como fatores a serem investigados em futuras pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso estudo, observamos que a predominância de posicionamento contrário à vacinação, sobretudo, nos títulos que mencionavam políticos e nos conteúdos que abordavam a temática religiosa sinaliza também o suposto alcance da influência de líderes políticos e religiosos na adesão à vacinação por parte de seus seguidores. Em alguns dos títulos excluídos, a vacina contra COVID-19 foi relacionada à marca da Besta, e as mortes em decorrência da COVID foram comparadas a um castigo divino.

No entanto, novos estudos se fazem necessários para identificar até que ponto as crenças religiosas e perspectivas políticas dos brasileiros podem interferir no posicionamento adotado com relação às vacinas e como se dirigir a esse público. A compreensão da correlação entre informações falsas, teorias conspiratórias relacionadas à vacinação e ideologias e sistemas de crenças mais amplos (como o populismo e o libertarianismo) sinaliza a necessidade de considerar a existência de grupos sociais mais suscetíveis a hesitar ou recusar a vacina mediante o posicionamento adotado por seus líderes políticos e religiosos.

Como limitação do estudo, apontamos o fato de parte dos vídeos não estar mais disponível na plataforma, já que alguns títulos não sinalizavam as fontes mencionadas nos vídeos. As mudanças constantes nas diretrizes das plataformas de mídias digitais, associadas à dificuldade de acesso aos dados brutos, também desafiam os pesquisadores que investigam como os conteúdos que circulam nessas plataformas mobilizam sentidos, evocam emoções e incentivam ou desestimulam atitudes em relação às vacinas.

Apesar das limitações, o esforço em mapear quem produz conteúdo problemático sobre a vacinação e que tipo de conteúdo produz é estratégico, visto que as informações podem

subsidiar o planejamento de políticas e ações que levem em consideração as especificidades de grupos mais suscetíveis a criar e propagar desinformação sobre saúde no país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcelo. Moderação de conteúdo no Youtube: análise da remoção de vídeos da eleição de 2022 ao 08 de Janeiro de 2023. **Revista Intercom**, no prelo [2024].

ANJOS, Aline Silva Martins dos; CASAM, Priscila Carla; MAIA, Janize Silva. As fake news e seus impactos na saúde da sociedade. **Pubsaúde**, v. 5, p. 1-7, 2021. Disponível em: <https://pubsaude.com.br/revista/as-fake-news-e-seus-impactos-na-saude-da-sociedade/> Acesso em: 20 jul. 2024.

ARAÚJO, Tânia Maria de; SOUZA, Fernanda de Oliveira; PINHO, Paloma de Sousa. Vacinação e fatores associados entre trabalhadores da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00169618>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Consulta Pública - Inclusão de crianças de 5 a 11 anos na campanha de vacinação contra a Covid-19. **Gov.br**. 23 dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas/2021/consulta-publica-para-esclarecimentos-quanto-a-vacinacao-de-criancas-de-5-a-11-anos>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Segurança das vacinas. **Gov.br**. 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/esavi>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BROTAS, Antonio; ROCHA COSTA, Maria Cristina; MASSARANI, Luísa. Enquadramentos e desinformação sobre vacina contra COVID-19 no Youtube: embaralhamentos entre ciência e negacionismo. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 15, n. 3, p. 73-100, 30 set. 2021. Doi: <https://doi.org/10.22409/rmc.v15i3.50954>.

CARRANZA, Brenda; SANTOS, Renan William dos; JÁCOMO, Luiz Vicente Justino. Dimensões religiosas da radicalização política no Brasil contemporâneo. **Plural**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 5-16, 2021. Doi: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2021.188499.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Percepção pública da C &T no Brasil 2023. Brasília: CGEE, 2024. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/4686075/CGEE_OCTI_Resumo_Executivo-Perc_Pub_CT_Br_2023.pdf. Acesso em: 28 jul. 24

CNMP — CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Estudo sobre a consciência vacinal no Brasil**: relatório de pesquisa quantitativa. Brasília: CNMP, 2024. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2024/Junho/Relat%C3%B3rio_Estudo_Quantitativo_sobre_Consci%C3%Aancia_Vacinal_no_Brasil_-_2024_junho.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024

COVID-19 medical misinformation policy. **YouTube Help**. 20 maio 2020. Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/9891785>. Acesso em: 12 out. 2023

DE CARVALHO, Victor H.; NEPOMUCENO, Thyago C. C.; POLETO, Thiago; COSTA, Ana Paula C. S. The COVID-19 Infodemic on Twitter: A Space and Time Topic Analysis of the Brazilian Immunization Program and Public Trust. **Tropical medicine and infectious disease**. V. 7, n. 12, 425, 2022. Doi: <https://doi.org/10.3390/tropicalmed7120425>

FONSECA, Gregório de Almeida; D'ANDRÉA, Carlos. Governança e mediações algorítmicas da plataforma YouTube durante a pandemia de COVID-19. **Dispositiva**, v. 9, n. 16, p. 6-26, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/24150>. Acesso em: 14 abr. 2023

GALHARDI, Cláudia Pereira; FREIRE, Neyson Pinheiro; FAGUNDES, Maria Clara Marques; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm. Fake news e hesitação vacinal no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, v. 27, n. 5, p. 1849-1858, 2022. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022275.24092021>

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. **Religião & Sociedade**, v. 41, n. 2, p. 49-74, ago. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n2cap02>.

KEULENAAR, Emillie de; MAGALHÃES, João; SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos; ROGERS, Richards. After Deplatforming: Retracing Content Moderation Effects Across Platforms and A Post-American Web. **Aoir Selected Papers of Internet Research**, 2023. Disponível em: <https://spir.aoir.org/ojs/index.php/spir/article/view/13538>. Acesso em: 09 dez. 24.

Larson, Heide J., Jarrett, Caitlin, Eckersberger, Elisabeth, Smith, David M. D., & Paterson, Pauline. Understanding vaccine hesitancy around vaccines and vaccination from a global perspective: A systematic review of published literature, 2007-2012. **Vaccine**, v. 32, n. 19, p. 2150-2159, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2014.01.081>

LAZIĆ, Aleksandra; ŽEŽELJ, Iris. A systematic review of narrative interventions: Lessons for countering anti-vaccination conspiracy theories and misinformation. **Public Understanding of Science**, v. 30, n. 6, p. 644-670, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/09636625211011881>. Acesso em: 08 nov. 2023

LEITE, Emanuel Sinério Ferreira; MARTINS, Marlos Gomes; MARTINS, Carla Maria do Carmo Resende. Hesitação Vacinal e seus Fatores Associados no Contexto da Pandemia de COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Prospecção**, v. 16, n. 2, p. 484-502, 2023. Doi: <https://doi.org/10.9771/cp.v16i2.50880>

LEWANDOWSKY, Stephan; GIGNAC, Giles E.; OBERAUER, Klaus. The Role of Conspiracist Ideation and Worldviews in Predicting Rejection of Science. **PLoS ONE**, v. 10, n. 8, p. e75637, 2 out. 2013. Doi: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0075637>.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda; MACINKO, James; MAMBRINI, Juliana Vaz de Melo. Hesitação vacinal contra a COVID-19 em amostra nacional de idosos brasileiros: iniciativa ELSI-COVID, março de 2021. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, n. 1, 2022. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742022000100020>

MAIA, Lúdia Raquel Herculano; OLIVEIRA, Thaiane; MASSARANI, Luisa; SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos. A contestação às vacinas contra Covid-19 em grupos do Telegram no Brasil. **Intexto**, n. 55, p. 127361-127361, 13 mar. 2023. Doi: <https://doi.org/10.19132/1807-8583.55.127361>

MASSARANI, Luisa; WALTZ, Igor; LEAL, Tatiane; MODESTO, Michelle. Narrativas sobre vacinação em tempos de fake news: uma análise de conteúdo em redes sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. 1-16. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200317>

MACDONALD, Noni E. Vaccine hesitancy: Definition, scope and determinants. **Vaccine**, v. 33, n. 34, p. 4161-4164, ago. 2015. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2015.04.036>

NEUENDORF, Kimberly A. Content analysis and thematic analysis. In: BROUGH, Paula. **Advanced Research Methods for Applied Psychology: Design, analysis and reporting**. Abingdon, New York: Routledge, 2018.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; EDDY, Kirsten; ROBERTSON, Craig T.; NIELSEN, Rasmus Klein. **Reuters Institute Digital News Report 2023**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2023. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2023-06/Digital_News_Report_2023.pdf. Acesso em: 03 mai. 2024

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Risco de surto de doenças preveníveis por vacinação é o mais alto em 30 anos, diz diretor da OPAS. **OPAS**. 20 abr. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/20-4-2023-risco-surto-doencas-preveniveis-por-vacinacao-e-mais-alto-em-30-anos-diz-diretor>. Acesso em: 25 jul. 24

PALAMENGHI, Lorenzo; BARELLO, Serena; BOCCIA, Stefania; GRAFFIGNA, Guendalina. Mistrust in biomedical research and vaccine hesitancy: the forefront challenge in the battle against COVID-19 in Italy. **Eur J Epidemiol**, V. 35, n. 8, p. 785-788, 2020. Doi: 10.1007/s10654-020-00675-8.

RAAB, Marius H; ORTLIEB, Stefan A.; AUER, Nikolas; Guthmann, Klara; CARBON, Claus-Christian. Thirty shades of truth: Conspiracy theories as stories of individuation, not of pathological delusion. **Frontiers in Psychology**. V.4, 2013. Doi: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00406>

SANTOS, Vitor Augusto Rezende; ALMEIDA, Martha Elisa Ferreira de. The history of the vaccine and its benefits. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 13, n. 1, p. e12913144652, 2024. Doi: 10.33448/rsd-v13i1.44652.

SMITH, Matthew. Which conspiracy theories do populists believe? **YouGov**. 3 maio 2019. Disponível em: <https://yougov.co.uk/politics/articles/23212-which-conspiracy-theories-do-populists-believe>. Acesso em: 24 jul. 2024

SOARES, Charlene Carvalho; MASSARANI, Luisa; SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos; OLIVEIRA, Thaiane; MAIA, Lídia Raquel Herculano; OLIVEIRA, Geilson Fernandes de. A vacina no Facebook: temáticas, posicionamentos e atores no início da imunização contra a Covid-19 no Brasil. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 140-160, 2023. Doi: 10.34019/1981-4070.2023.v17.39257.

SBIM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÕES. Benefícios da vacinação. SBIM. Disponível em: <<https://sbim.org.br/covid-19>>. Acesso em 24 jul. 2024

SUNSTEIN, Cass R.; VERMEULE, Adrian. Conspiracy Theories: Causes and Cures. **Journal of Political Philosophy**, v. 17, n. 2, p. 202-227, jun. 2009. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2008.00325.x>

TRZISZKA, Michal. Micro-influencers as an Effective Channel to Reach Customers Using Social Media in the Time of the COVID-19 Pandemic. In: TRZCIELINSKI, S.; MRUGALSKA, B.; KARWOWSKI, W.; ROSSI, E.; DI NICOLANTONIO, M. (ed.). **Advances in Manufacturing, Production Management and Process Control**. Cham: Springer, 2021. p. 395-400. Doi: https://doi.org/10.1007/978-3-030-80462-6_48

USCINSKI, Joseph E. The study of conspiracy theories. *Argumenta*, v. 3. n. 2. p. 233-245, 2018. Disponível em: <https://www.argumenta.org/wp-content/uploads/2018/05/3-Argumenta-Joseph-Uscinski-The-Study-of-Conspiracy-Theories.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023

VERONESI, Ingrid. Tendências Digitais 2023. **Comscore**. 2023. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Apresentacoes-e-documentos/2023/Tendencias-Digitais-2023>. Acesso em: 18 jul. 2024

WANG, Yuxi; MCKEE, Martin; TORBICA, Aleksandra; STUCKLER, David. Systematic Literature Review on the Spread of health-related Misinformation on Social Media. **Social Science & Medicine**, v. 240, nov. 2019. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.112552>.

WHITEHEAD, Hannah S; FRENCH, Clare E.; CALDWELL, Deborah M.; LETLEY, Louise; MOUNIER-JACK, Sandra. A systematic review of communication interventions for countering vaccine misinformation. **Vaccine**, v. 41, n. 5, jan. 2023. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2022.12.059>

ZHAO, Sihong et al. The Prevalence, Features, Influencing Factors, and Solutions for COVID-19 Vaccine Misinformation: Systematic Review. *JMIR Public Health and Surveillance*, v. 9, n. 1, p. e40201, 11 jan. 2023. Doi: <https://doi.org/10.2196/40201>

ZHU, Na et al. China Novel Coronavirus Investigating and Research Team. A novel Coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. *The New England journal of medicine*, v. 382, n. 8, p. 727-733, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1056/NEJMoa2001017>

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi realizado no escopo do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia, que conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 465658/2014-8) e Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ, E-26/200.89972018). O estudo também se insere no projeto apoiado pelo Edital Proep-COC-CNPq 2021, Edital Universal Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 - Faixa B - Grupos Consolidados, 401881/2023-7) e pela chamada Projeto em cooperação com comprovada articulação internacional (CNPq, 441083/2023-4), liderados por Luisa Massarani. As autoras Thaiane de Oliveira e Luisa Massarani agradecem ao CNPq respectivamente pela Bolsa de Produtividade 2 e 1B. As duas autoras também agradecem à Faperj respectivamente pela bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado e Cientista do Nosso Estado. A autora Andrielle Mendes agradece à Fiocruz pela bolsa PDJ.

NOTAS

1. O WhatsApp foi considerado a primeira mídia social/aplicativo de mensagens mais utilizado no Brasil em 2023 (Newman et. al., 2023).

SOBRE OS AUTORES

ANDRIELLE MENDES Pesquisadora de pós-doutorado no Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutora e mestre em Estudos da Mídia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos na Mídia (PPgEM) da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte. Pesquisadora associada do Grupo de Pesquisa Pragmática da Comunicação e da Mídia (PRAGMA/UFRN). Bolsista do Programa de Pós-Doutorado Júnior Inova Fiocruz. andriellecmmg@gmail.com

MARCELO ALVES DOS SANTOS JÚNIOR Doutor e mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor no Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Mídia, Tecnologia e Dados. Pesquisador associado do Laboratório de Mídia, Democracia e Instituições Políticas (Lamide/UFF) e do Grupo de Pesquisa em Política, Opinião Pública e Comunicação (Grupocom/UFC). Autor do livro #vaipracuba – A gênese das redes de direita no Facebook. marcelo_alves@puc-rio.br

LUISA MASSARANI Doutora na área de Gestão, Educação e Difusão em Biociências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCTCPCT) e pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz (COC/Fiocruz). Bolsista produtividade 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e “Cientista do Nosso Estado” da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). luisa.massarani@fiocruz.br

THAIANE OLIVEIRA Professora no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT-DSI) do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) e de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). Membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado (Faperj). thaianeoliveira@id.uff.br

Artigo recebido em: 18 de setembro de 2024.

Artigo aceito em: 09 de dezembro de 2024.